



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 009/2024 - FMS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9551/2024**

Contrato de execução de serviços, celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS** e a profissional **CRISLAINE RODRIGUES FERNANDES**.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvino Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pelo seu Gestor a Sr. **BARBARA ARANTES QUEIROZ DIAS**, brasileira, inscrita no CPF: 757.820.061-53, residente e domiciliado na Rua Waldomiro Félix, nº 104 - Dinomar Ribeiro, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a profissional **CRISLAINE RODRIGUES FERNANDES**, residente e domiciliada na Rua Valdomiro Oliveira costa, nº 63, Qd 02, Lt 07, bairro Pitangueiras na cidade de Inaciolândia – GO, portadora do CPF nº 036.370.011-01, CRTR inscrição nº 01146N - GO, doravante designada como **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

**DO LOCAL E DATA**

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos 10 dias do mês de julho de 2024.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços será regido pelas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterada pelas leis posteriores, conforme **Processo Administrativo nº 9551/2024**. Firmado nos termos do **Ato de dispensa de licitação nº. 031/2024 de 10 de julho de 2024**.

**(CLÁUSULA PRIMEIRA)**

**Do Objeto do Contrato**

- 1.1 - Contratação de profissional para prestação de serviços de tecnólogo em radiologia, tudo conforme termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**





**Clausula Segunda**  
**DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1** - Os serviços de que trata este contrato será prestado no hospital Municipal Jorge Assad Salles e demais programas onde seus serviços forem necessários, podendo ainda ser na clínica ou laboratório do profissional contratado, mediante previa designação feita pelo gestora do Fundo Municipal de Saúde de Inaciolândia.

**Clausula Terceira**  
**DA VIGÊNCIA**

**3.1** - A vigência das obrigações com a contratada terá início a contar da data de sua assinatura do contrato de prestação de serviços e encerrando-se 31 de dezembro de 2024, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.

**Clausula Quarta**  
**DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1-** A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos serviços prestados especificados na Cláusula Primeira do presente instrumento o valor de R\$ 2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais) mensal, perfazendo um total estimado de R\$ 17.250,00 (dezesete mil duzentos e cinquenta reais) por 06 meses, que serão pagos conforme autorização do Secretário Municipal de Saúde.

**Cláusula Quinta**  
**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** – A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recurso da seguinte dotação orçamentária, do vigente orçamento:

**Dotação:**

**5.1.10.302.2052.2119 – 3.3.90.36.00.6 – Fonte 102;**

**Cláusula Sexta**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**6.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a)** Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- b)** Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas na prestação e fornecimento dos serviços contratados;
- c)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada através de servidor especialmente designado;





- d) Documentos e informações precisas sobre os assuntos referentes ao objeto descrito neste termo, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento dos serviços técnicos;
- e) Disponibilização de servidores capacitados cooperação na obtenção de informações necessárias, substituindo, remanejando e contratando caso seja necessário;

## **6.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Imediatamente após a formalização do ajuste, disponibilizar o atendimento, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitada, mediante requisição, devidamente assinada pelo Setor competente.
- b) Prestar de forma tempestiva e satisfatória todos os serviços especificados e no objeto do presente Termo de referência e conforme a proposta de preços ofertados;
- c) Manter, durante toda a execução do contato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Arcar com os custos referentes à Imposto de Renda, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venha a incidir na execução do contrato;
- e) Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros por si e ou seus prepostos;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

## **Cláusula Sétima** **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1 - O presente contrato poderá ser alterado:**

**Parágrafo Primeiro** Unilateralmente, pelo Município, quando: “for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento)”.

**Parágrafo Segundo** Por acordo entre as partes, quando:

- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
- b) For necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- e) Por motivos de força maior.





**Cláusula Oitava**  
**DAS SANÇÕES**

**8.1** - A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

- |                           |  |
|---------------------------|--|
| <b>Parágrafo Primeiro</b> | Advertência;   |
| <b>Parágrafo Segundo</b>  | Suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Inaciolândia e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 05 (cinco) anos. |
| <b>Parágrafo Terceiro</b> | Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.  |

**Cláusula Nona**  
**DA RESCISÃO**

**9.1** - Fica pactuado entre as partes que o presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos CONTRATANTES em razão da inexecução total ou parcial do contrato ou ainda por razões de interesse público, de alta relevância de conformidade com o Artigo 138 da Lei Federal nº. 14.133/21, onde observado o interesse público não gerará qualquer ônus ao erário.

**9.2** - A rescisão em se tratando de interesse público não gerará direito a quaisquer tipos de indenização.

**9.3** - A rescisão ocorrendo por culpa da contratada, incorrerá nas sanções e penalidades descritas da Lei Federal nº.14.133/21, Art.'s 155 à 156, bem como nas estabelecidas neste contrato, incorrendo ainda na referida declaração de inidoneidade estampada da lei, com prazos de proibição para contratar com o poder público com prazo de até 06 (seis) anos.

**Cláusula Décima**  
**DA MULTA**

**10.1** - Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

**10.2** - Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até dois anos;
- d) As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente;

**10.3** - Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de prestação de serviços:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) Rescisão unilateral do contrato após o vigésimo dia de atraso.





**10.4 -** Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

- a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.5 -** Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.7 -** O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

**10.8 -** A aplicação das penalidades previstas nesta lei será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

**10.9 -** Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

**10.10 -** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

**10.11 -** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### **Cláusula Décima Primeira DAS QUESTÕES DIVERSAS**

**11.1 -** O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 14.133/21, de 01/04/21 e suas posteriores modificações e ainda:

- a) As partes **CONTRATANTES**, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;
- b) A **CONTRATADA** reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Termo de Referência referente a este processo.
- c) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **Cláusula Décima Segunda DOS CASOS OMISSOS**

**12.1 -** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ainda aplicam-se a este contrato



como se expressos fossem todos os dispositivos legais pertinentes a contratos administrativos.

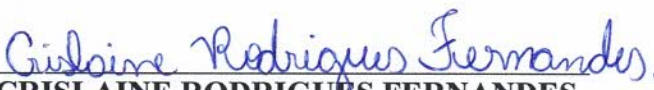
**Cláusula Décima Terceira**  
**DO FORO**

13.1 - Elegem-se o foro desta Comarca de Quirinópolis - Goiás para diligência de eventuais querelas emergentes deste contrato.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas.

Inaciolândia-GO, 10 dias do mês de julho de 2024.

  
**BARBARA ARANTES QUEIROZ**  
**DIAS**  
Gestora do FMS  
**Contratante**

  
**CRISLAINE RODRIGUES FERNANDES**  
CPF Nº 036.370.011-01  
**Contratada**

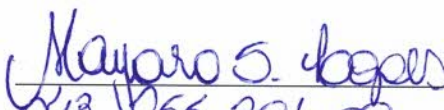

Testemunha

1º:

CPF:

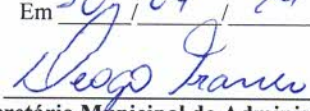
2º:

CPF:

  
CPF: 043.1255.301-00  
  
CPF: 943.047421-91

PUBLICADO PLACARD  
Prefeitura de Inaciolândia

Em 10/07/24

  
**Secretário Municipal da Administração**  
Diogo Franco Guimarães Vilela  
Portaria nº 1961/2024